

Cadê a inclusão? O gato comeu!

Há uma incoerência entre o discurso presente nos dispositivos legais e a prática fossilizada no âmago do sistema educacional brasileiro. Apesar do esforço latente da inclusão, as leis são inoperantes e impotentes diante da negligência. A escola hoje, dotada de uma estrutura rígida e tradicional espera que seus alunos sejam capazes de se encaixarem à sua inflexibilidade. Entretanto a sociedade é formada por indivíduos únicos, abençoados por suas diferenças. O resultado do embate é o fracasso escolar e a estratificação das massas provenientes do poder exercido pelo saber. A escola é atualmente, um agente fossilizador das classes sociais, instituindo o sucesso de poucos, ao não fomentar a emancipação do conhecimento por meio de adequações aos alunos menos aptos à sua estrutura.

Em meio a tantas teorias humanísticas de ensino, é valorizada a tradicional, rígida e excludente. O professor como agente de transformação social e de inclusão, deve realizar o seu poder de mudança e agir dentro de seu domínio para extinguir as práticas exclusivistas vigentes no processo escolar. Ao agir, o professor deve valorizar o progresso do aluno, examinando, não só o produto, mas também o processo da aprendizagem. O professor deve abolir a estrutura de um ensino militarista baseado na classificação e espelhar-se no ser humano, para ser capaz de mediar um processo de aprendizagem, baseado nas diversas esferas subjetivas de seus alunos.

Uma vez que o professor aja como catalisador inclusivo, ele, consequentemente instituirá a luta pela operalização dos direitos de seus alunos. Ao transformar-se em agente da inclusão e lutar por ela, o professor ganhará o poder de mudança. Um professor sozinho, pode mudar pouco. Porém contamos com 2,6 milhões de docentes no Brasil, responsáveis pela educação de 56,7 milhões de brasileiros. Se todo o corpo docente brasileiro, lutar lado a lado, com um objetivo comum, o resultado será um país emancipador, inclusivo e justo.